



1. Conjuntura Socioeconômica

1.1. Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2. Cenário Econômico Nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho e saneamento.

Produto Interno Bruto Nacional

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo. É o somatório dos valores gerados pelos três setores que compõem a economia – Agropecuária, Indústria e Serviços.

Segundo dados do IBGE, o PIB em 2016 sofreu contração de 3,6% em relação ao ano anterior. Em 2015, o PIB havia caído 3,8%. No acumulado do ano ele totalizou R\$ 6.266,9 bilhões em valores correntes. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 295,2 bilhões, a Indústria R\$ 1.150,2 bilhões e os Serviços R\$ 3.969,2 bilhões.

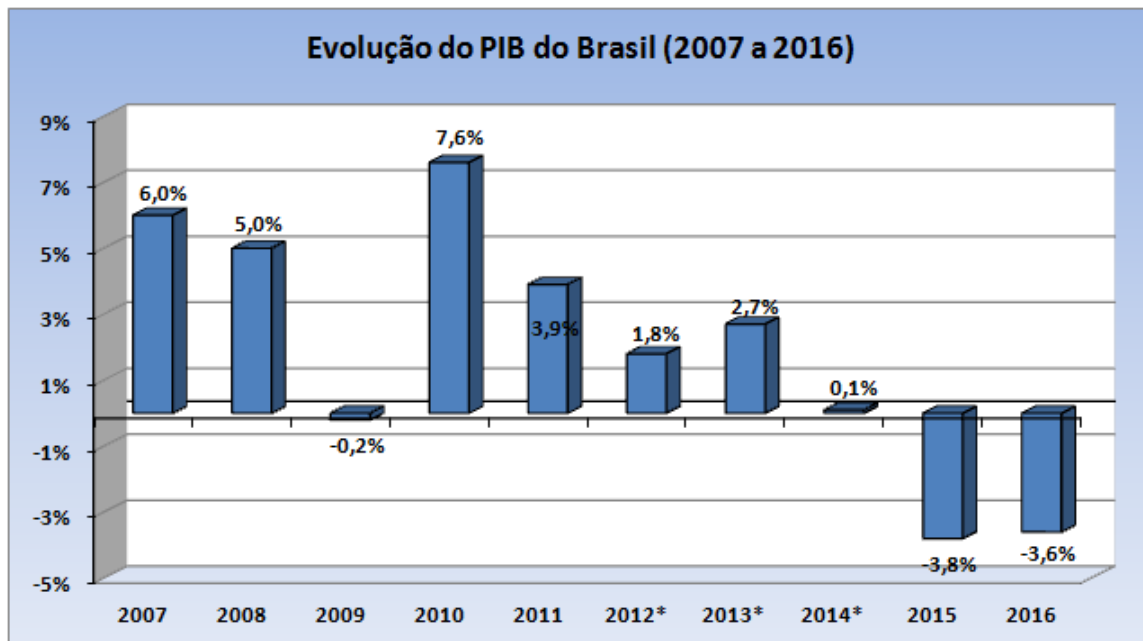
Em decorrência desta queda, o PIB *per capita* alcançou R\$ 30.407 (em valores correntes) em 2016. O PIB *per capita* é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2006 e 2015¹.

¹Com a publicação do SNA 2008, foram introduzidas algumas modificações conceituais que impactaram os resultados dos agregados econômicos em geral e, especificamente, do Produto Interno Bruto - PIB. Em 2011, o IBGE iniciou os trabalhos de concepção e compilação do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010. Em função do trabalho de implantação da série do referido sistema, no período de 2010 a 2014 os resultados das Contas Nacionais Trimestrais valeram como informações oficiais. Com a divulgação



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

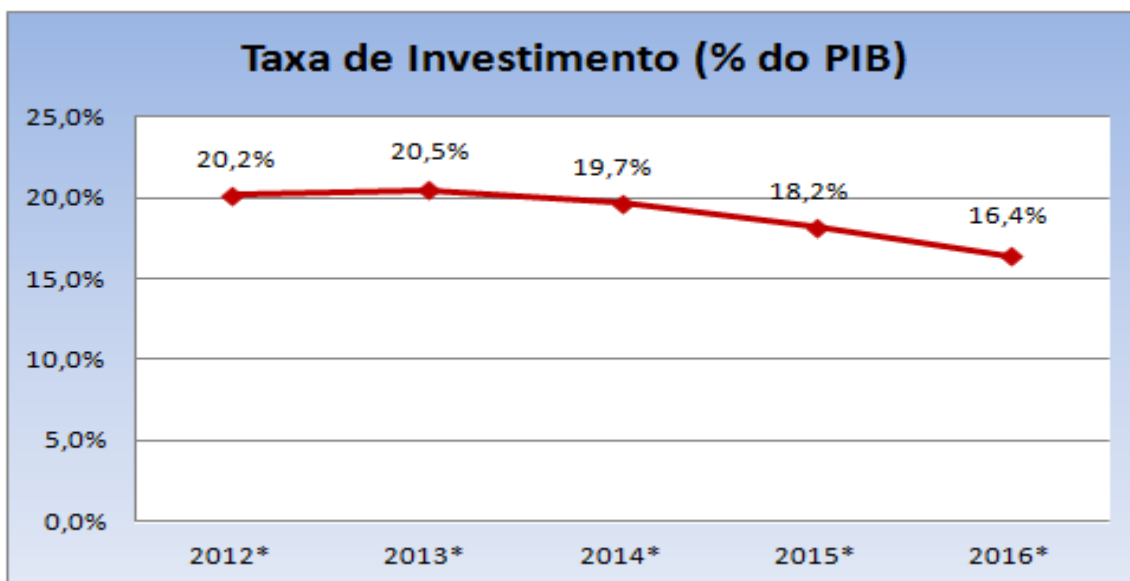
A queda do PIB em 2016 (redução de 3,6% em relação a 2015) resultou do recuo de 3,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da contração de 6,4% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O recuo dos impostos reflete, principalmente, a redução em volume do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 5,5% e dos outros impostos (-5,6%), amplificado pela queda de 16,9% do Imposto de Importação e de 11,2% do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) – decorrente, em grande parte, do desempenho negativo da Indústria de transformação e das importações no ano. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (-6,6%), Indústria (-3,8%) e Serviços (-2,7%).

Taxa de Investimento

Outro indicador relevante é a Taxa de Investimento. Ela é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa os acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados a cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

O gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2012 e 2016.

dos resultados anuais definitivos para os anos de 2010 e 2011 da série do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, as séries das Contas Nacionais Trimestrais são agora revisadas em todos os trimestres dos anos de 2012 e 2013, além dos três primeiros trimestres de 2014. Ademais, as séries trimestrais (referência 2010) foram retropoladas até 1995.



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2016 foi de 16,4% do PIB, apresentando uma queda em relação a 2015 e à tendência dos últimos cinco anos.

1.3 - Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 – População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

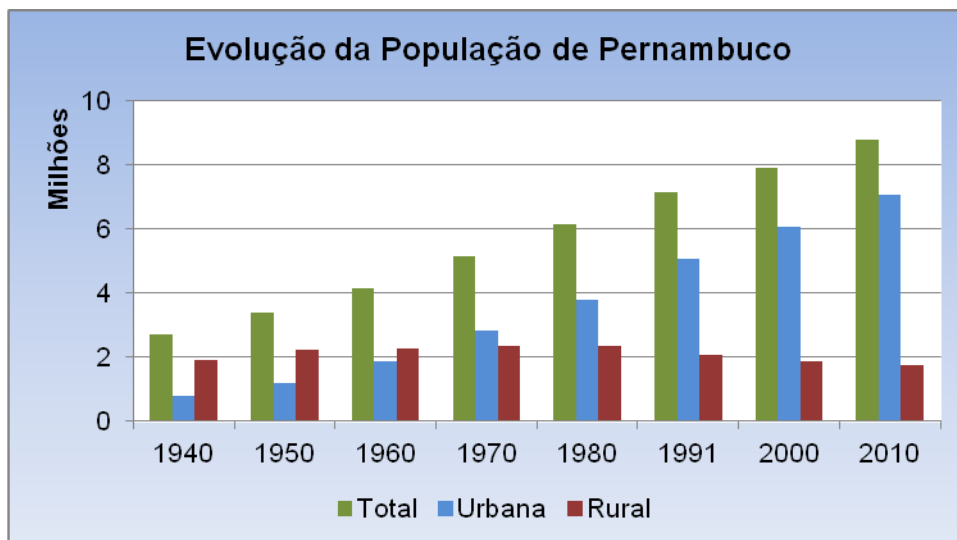
Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do Estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população total de Pernambuco estimada para 2016 foi de 9.410.336 (nove milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e trinta e seis) habitantes, que representa 16,5% da população total da Região Nordeste e 4,5% da população total do Brasil.

1.3.2 – Produto Interno Bruto de Pernambuco

A economia pernambucana apresentou uma contração de 4,2%² do seu PIB em 2016, superando a contração de 3,5%² apresentada no ano anterior e maior do que a contração registrada no País, 3,6%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2016, em valores correntes, totalizou R\$ 155,1 bilhões².

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento do PIB estadual de 2007 até 2016:

² Sistema de Contas Regionais, Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, a contração de 4,2% do PIB em 2016 foi decorrente de redução de 3,7% na indústria, de 3,9% nos serviços e de 14,7% no setor agropecuário.

O quadro e o gráfico a seguir retratam a evolução da participação percentual das atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) no 'valor adicionado bruto a preços básicos – VAB' de Pernambuco no período de 2005 a 2014.

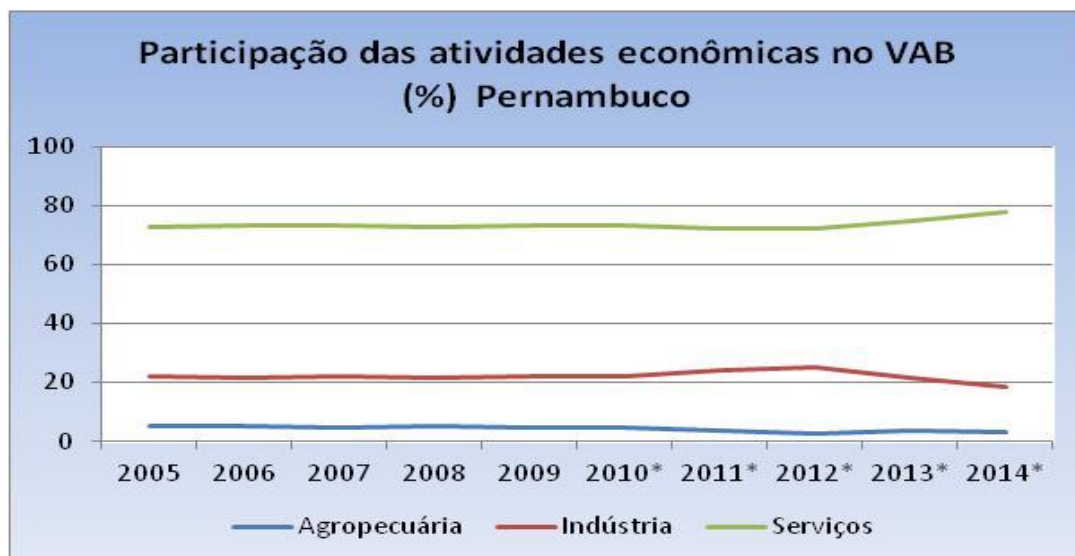
Participação das atividades econômicas no VAB (%) – Pernambuco										
Setores	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*
Agropecuária	5,13	5,19	4,77	5,38	4,82	4,49	3,45	2,70	3,50	3,30
Indústria	22,10	21,63	21,95	21,80	21,98	22,14	23,99	25,12	21,60	18,60
Serviços	72,77	73,18	73,28	72,82	73,20	73,37	72,56	72,18	74,90	78,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM
(*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.

A partir da série histórica observa-se que o setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário. Em 2014 o setor de serviços correspondeu a 78,10% do VAB, o industrial a 18,60% e o agropecuário a 3,30%. Comparando 2014 com 2013, percebe-se uma pequena redução na participação do setor agropecuário e uma queda significativa na participação do setor industrial. Além disso, há um crescimento da participação do setor de serviços, que atinge o maior percentual em dez anos.

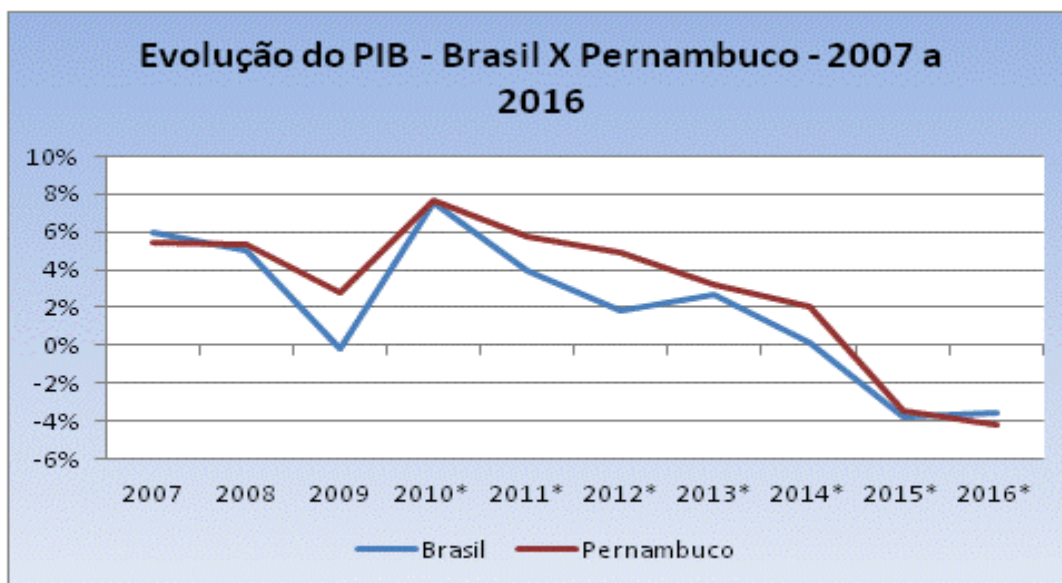
O quadro e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2007 a 2016.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2007	6,0	5,4
2008	5,0	5,3
2009	-0,2	2,8
2010	7,6	7,7
2011	3,9	5,7
2012	1,8	4,9
2013	2,7	3,2
2014	0,1	2,0
2015	-3,8	-3,5
2016	-3,6	-4,2

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

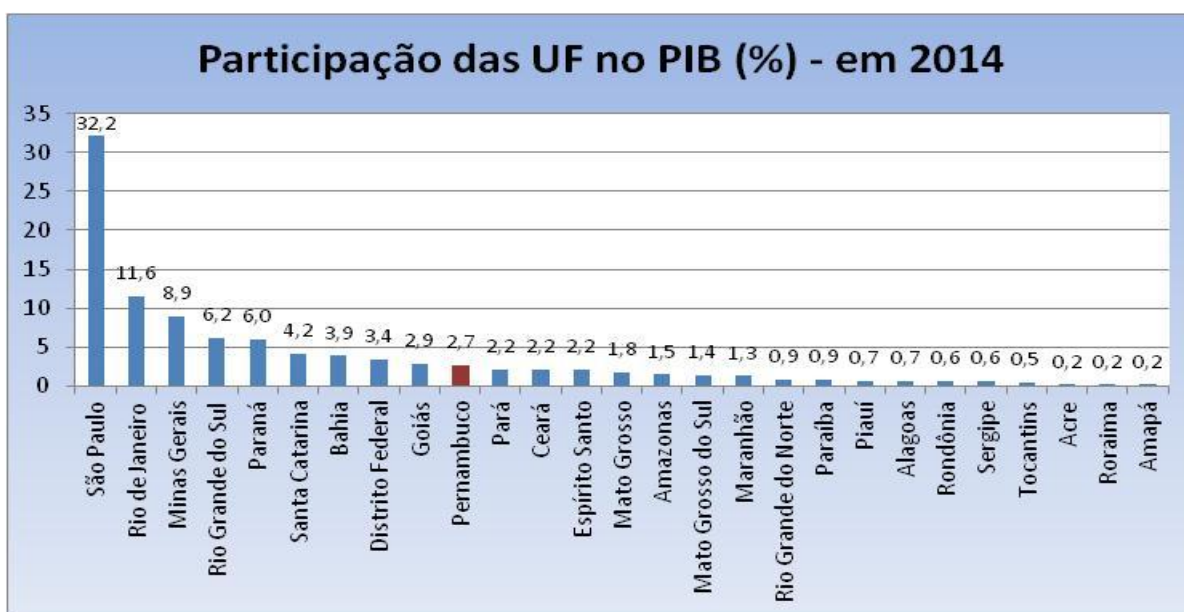


Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que desde 2008, a economia pernambucana apresentou taxa de crescimento superior a da economia nacional. Entretanto, em 2016, a taxa de crescimento do PIB pernambucano ficou em -4,2%, enquanto que a nacional registrou -3,6%, portanto a contração da economia pernambucana foi maior que a nacional.

A seguir temos a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2014, conforme dados obtidos no SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Pernambuco ocupou a décima posição no ranking, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal e Goiás. Houve estabilidade da representatividade de Pernambuco no cenário econômico brasileiro, tendo em vista sua participação no PIB nacional ter se mantido igual às de 2012 e 2013, em 2,7%.

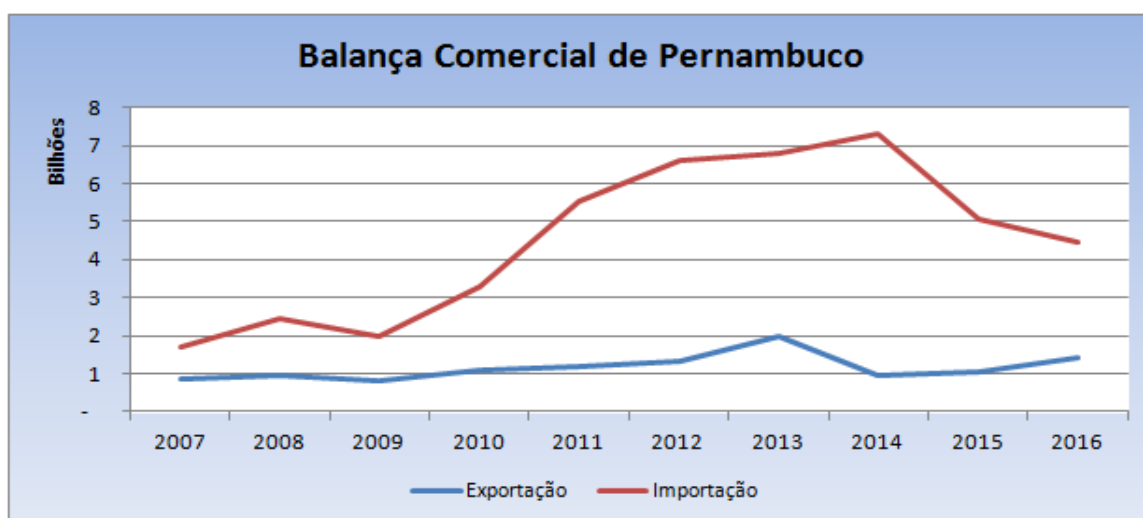
1.3.3 – Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2007 e 2016.

US\$ FOB³

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2007	870.556.751	1.720.081.692	-849.524.941
2008	937.633.054	2.460.591.948	-1.522.958.894
2009	823.971.896	1.981.372.106	-1.157.400.210
2010	1.112.502.063	3.272.666.080	-2.160.164.017
2011	1.198.969.467	5.534.266.161	-4.335.296.694
2012	1.319.976.345	6.595.543.914	-5.275.567.569
2013	1.991.530.707	6.811.441.973	-4.819.911.266
2014	943.811.567	7.337.140.863	-6.363.329.296
2015	1.046.582.092	5.066.603.620	-4.020.021.528
2016	1.417.816.943	4.449.306.030	-3.031.489.087

Fonte: MDIC/SECEX



Fonte: MDIC/SECEX

³ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

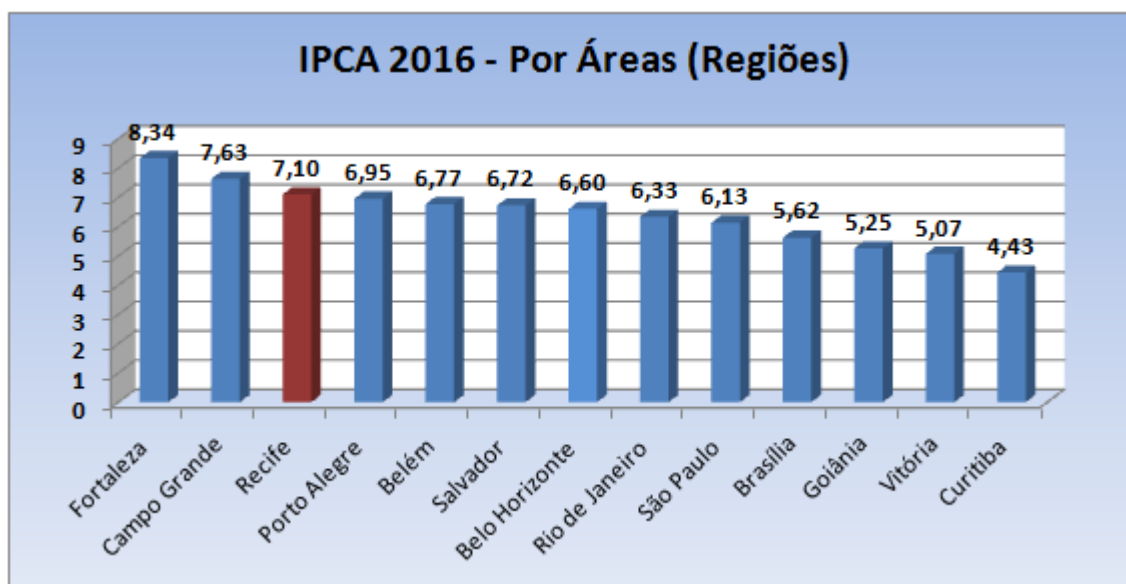
Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Entretanto, pode-se observar, no período de 2014 a 2016, tendência de aumento das exportações e de redução das importações, com redução significativa no seu déficit, mas ainda distante da ocorrência de superávit.

Em 2016 seu déficit foi da ordem de US\$ 3 bilhões, inferior ao de 2015, que foi da ordem de US\$ 4 bilhões, bem como inferior ao de 2014 que foi de aproximadamente US\$ 6,3 bilhões.

1.3.4 – Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”⁴.

O IPCA é calculado de forma contínua e sistemática para as áreas referentes às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Vitória, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2016.



Fonte: IBGE (Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor)

Verifica-se que a Região Metropolitana de Fortaleza foi a que apresentou o maior índice de inflação em 2016 dentre as regiões pesquisadas, a saber: 8,34%.

⁴ O Decreto Federal nº3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.



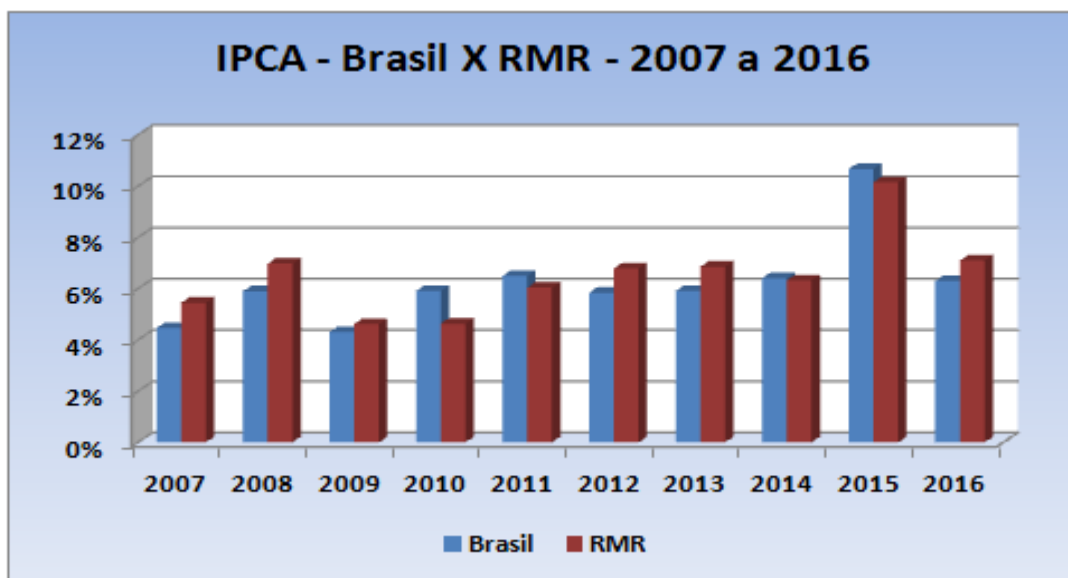
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 7,10% em 2016, inferior ao índice de 10,15% apurado em 2015, mas por outro lado alcançou o terceiro maior índice, dentre todas as pesquisadas.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2007 a 2016.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2007	4,46%	5,45%
2008	5,90%	6,98%
2009	4,31%	4,62%
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%
2015	10,67%	10,15%
2016	6,30%	7,10%

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2015 tanto para o Brasil, apresentando taxa de 10,67%, quanto para a RMR, apresentando taxa de 10,15%. Verifica-se ainda que o aumento crescente do IPCA na RMR, registrado desde 2009, embora tenha sido interrompido em



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2014, foi retomado de forma significativa em 2015, tornando a cair em 2016 para 7,10%, porém maior que a inflação nacional, a qual chegou a 6,30%.

1.3.5 - Mercado de Trabalho

1.3.5.1 - Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil apresentou saldo negativo de 1.321.994 quanto à geração de empregos formais no ano de 2016. A Região Nordeste foi responsável pela redução de 239.239 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 18,09% do total do saldo negativo gerado a nível nacional.

O estado de Pernambuco apresentou uma perda de 48.486 empregos formais em 2016, aproximadamente 3,66% do total do saldo negativo gerado a nível nacional.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2007 e 2016.

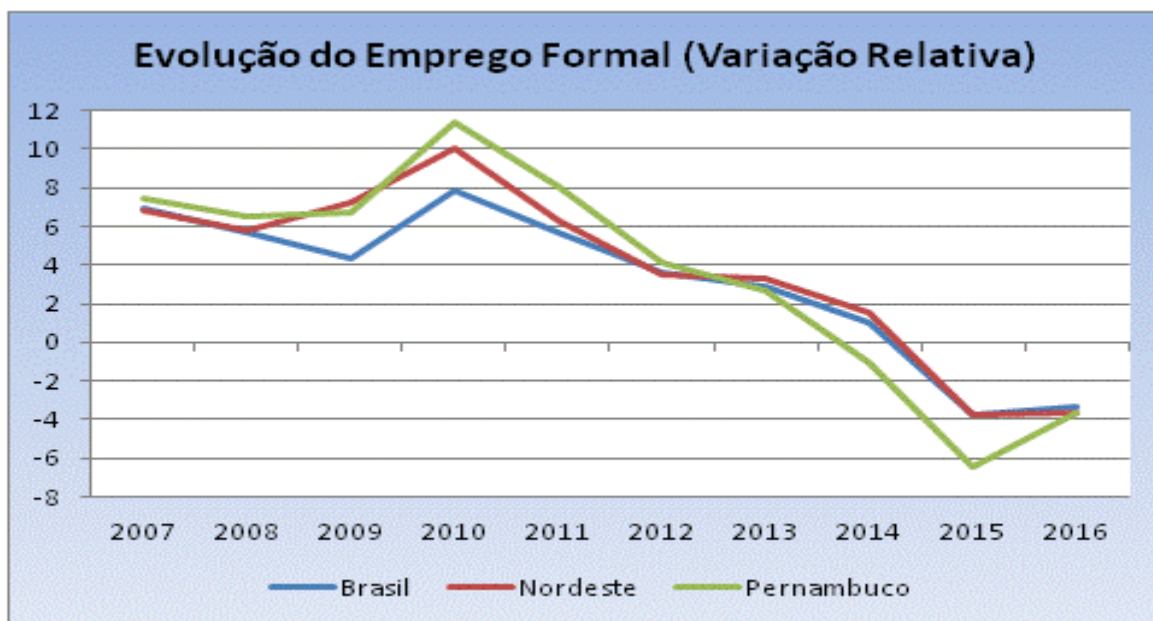
Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2007	6,88	6,87	7,43
2008	5,65	5,84	6,47
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01
2015	-3,74	-3,74	-6,43
2016	-3,33	-3,63	-3,68

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED

Nota: *Com ajustes



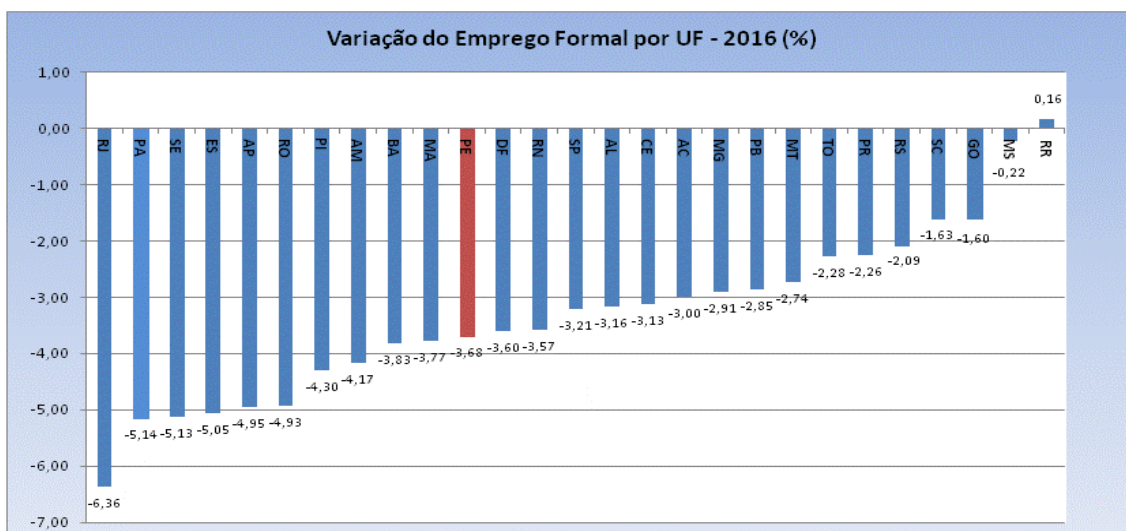
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Observa-se que no período entre 2007 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando a 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 houve uma recuperação de Pernambuco, que embora ainda apresente taxa negativa de -3,68%, aproximou-se significativamente do desempenho do Nordeste e do Brasil.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2016.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED



Os dados do CAGED revelam ainda que em 2016 os desligamentos superaram as admissões em todas as unidades da federação, com exceção de Roraima e que Pernambuco ocupou a 17ª posição no ranking nacional em 2016, melhorando sua posição em relação a 2015, quando ocupou a 26ª posição.

1.3.5.2 – Desemprego

O desemprego no Brasil é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O IBGE realizou a **Pesquisa Mensal de Emprego – PME** nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desocupação Total, que corresponde ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Importante salientar que a **PME** foi encerrada em março de 2016, com a divulgação dos resultados referentes ao mês de fevereiro de 2016.

Seus indicadores, até então disponibilizados para seis Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), foram substituídos pelos indicadores da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, que abrange todo o conjunto do País. Com isso, o IBGE vem atender à demanda de seus usuários por informações conjunturais sobre a força de trabalho com abrangência nacional.

Ao longo dos 36 anos de existência da pesquisa, a PME constituiu uma das principais fontes para o acompanhamento da situação conjuntural do mercado de trabalho, permitindo, com seus resultados, a avaliação constante das flutuações e tendências da força de trabalho nas regiões de abrangência. O encerramento da PME, com a consequente substituição de seus indicadores pelos indicadores da PNAD Contínua, de maior representatividade geográfica, reafirma o compromisso do IBGE com o permanente esforço de aprimoramento das estatísticas produzidas pela Instituição. IBGE (2016)

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e no Distrito Federal. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desemprego Total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto⁵.

⁵ **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;
desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



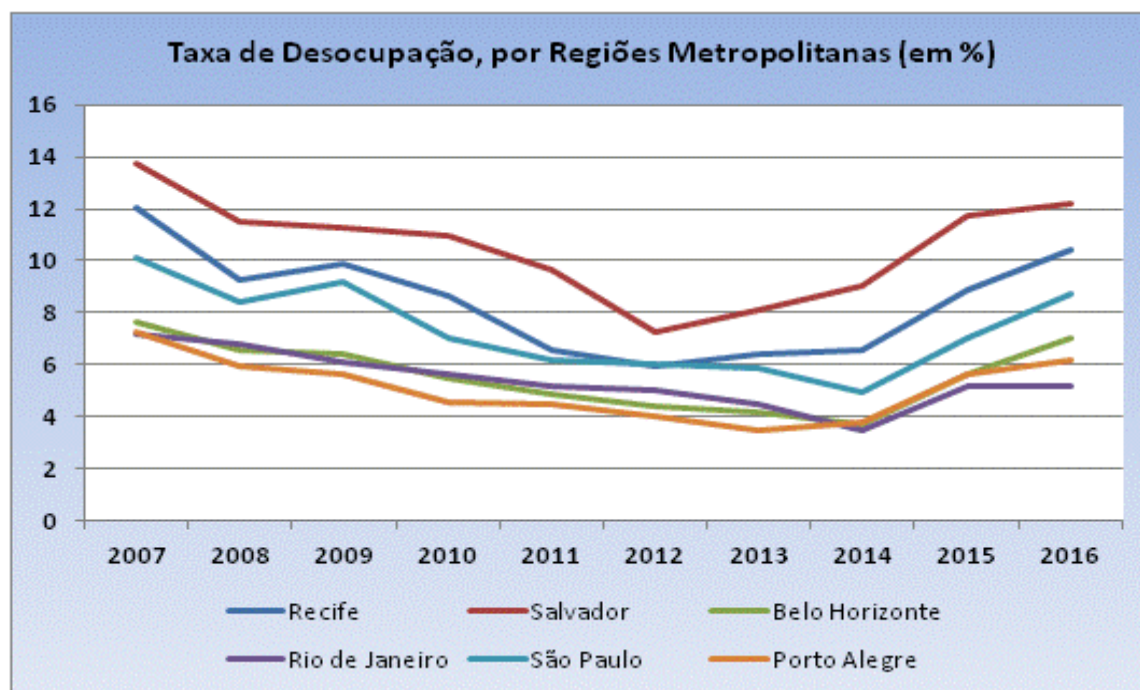
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as taxas de desocupação das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE no período entre 2007 e 2016:

Taxa de Desocupação, por Regiões Metropolitanas (em %)*							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2007	9,3	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3
2008	7,9	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9
2009	8,1	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6
2010	6,7	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5
2011	6,0	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5
2012	5,5	6,0	7,2	4,4	5,0	6,0	4,0
2013	5,4	6,4	8,1	4,2	4,5	5,9	3,5
2014	4,8	6,5	9,0	3,7	3,5	5,0	3,8
2015	6,8	8,9	11,8	5,6	5,2	7,0	5,6
2016**	7,9	10,5	12,2	7,1	5,2	8,7	6,2

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: *Média das estimativas mensais ** PME medido até fevereiro de 2016



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: *Média das estimativas mensais

Observa-se que, de 2007 a 2011, houve uma trajetória de queda na taxa de desocupação para todas as regiões metropolitanas pesquisadas, havendo, entretanto, uma reversão dessa tendência nas regiões metropolitanas de Recife e de Salvador de 2012 a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

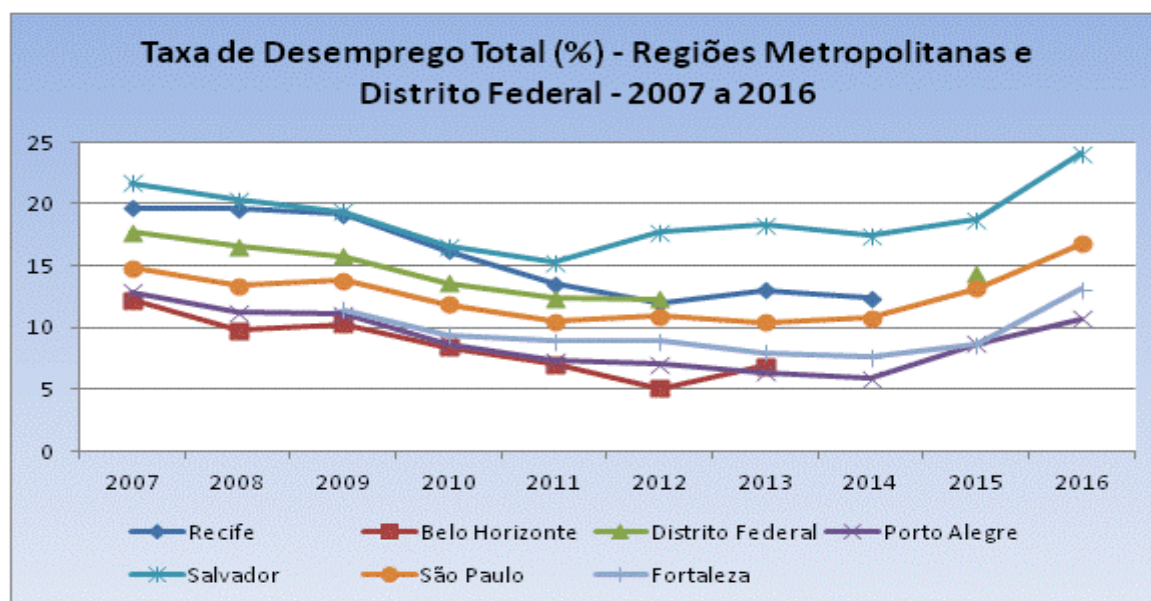
2014. Em 2016, todas as regiões metropolitanas pesquisadas apresentaram elevação da taxa de desocupação, com exceção do Rio de Janeiro, que se manteve estável, ressaltando-se que as taxas das regiões metropolitanas de Salvador (12,2%) e de Recife (10,5%) foram as mais altas.

Com relação à taxa de desemprego pesquisada pelo DIEESE, a tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Fortaleza e o Distrito Federal para o período de 2007 a 2016.

Taxa de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2007 a 2016 (%)							
Ano	Recife	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	São Paulo	Fortaleza
2007	19,7	12,2	17,7	12,9	21,7	14,8	-
2008	19,6	9,8	16,6	11,2	20,3	13,4	-
2009	19,2	10,3	15,8	11,1	19,4	13,8	11,4
2010	16,2	8,4	13,6	8,7	16,6	11,9	9,4
2011	13,5	7,0	12,4	7,3	15,3	10,5	8,9
2012	12,0	5,1	12,3	7,0	17,7	10,9	8,9
2013	13,0	6,9	-	6,4	18,3	10,4	8,0
2014	12,4	-	-	5,9	17,4	10,8	7,6
2015	-	-	14,4	8,7	18,7	13,2	8,6
2016	-	-	-	10,7	24,1	16,8	13,1

Fonte: DIEESE

Nota: A pesquisa em Fortaleza teve início em 2009. Não há informações a respeito da taxa de desemprego total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016, do Distrito Federal referentes aos anos de 2013, 2014 e 2016 e do Recife referentes aos anos de 2015 e 2016, até o término da elaboração do presente relatório.



Fonte: DIEESE



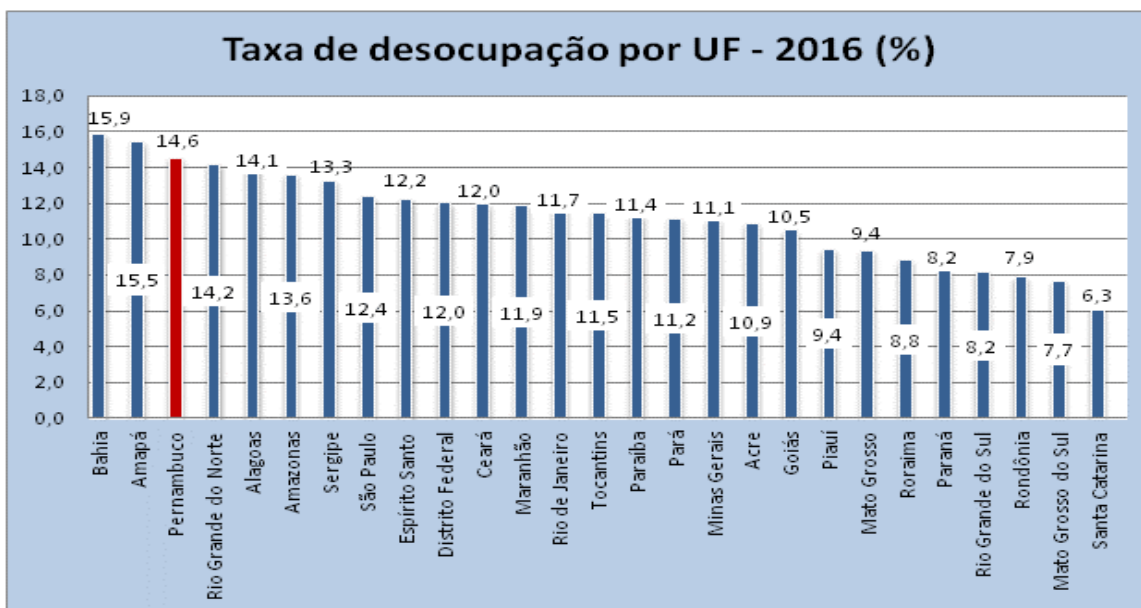
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Essas taxas de desemprego medidas pelo DIEESE são maiores que as medidas pelo IBGE, pois o desemprego total é mais abrangente que o desemprego aberto.

Observa-se nos dados do DIEESE que, em 2016, todas as regiões metropolitanas pesquisadas apresentaram aumento da taxa de desemprego, em relação a 2015, enquanto as demais regiões metropolitanas não apresentaram medição.

Verifica-se que as maiores taxas para ambos indicadores no período retratado foram observadas na RM de Salvador, seguida da RM do Recife, salientando que em 2015 e 2016 não houve medição para a RM do Recife, a qual não pode ter analisada possíveis variações ocorridas no período.

Além da Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE, o referido órgão também realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Por meio desta última foi obtida a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as unidades da federação, ano 2016, conforme gráfico a seguir.



Fonte: IBGE, PNAD Contínua – Trimestre: janeiro a março 2017 – Dados referentes à média anual do ano de 2016.

A taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco foi de 14,6% em 2016. Observa-se que Pernambuco ocupou a terceira pior posição no ranking nacional, caindo duas posições em relação a 2015 e ficando também acima da média nacional que foi de 11,5%.

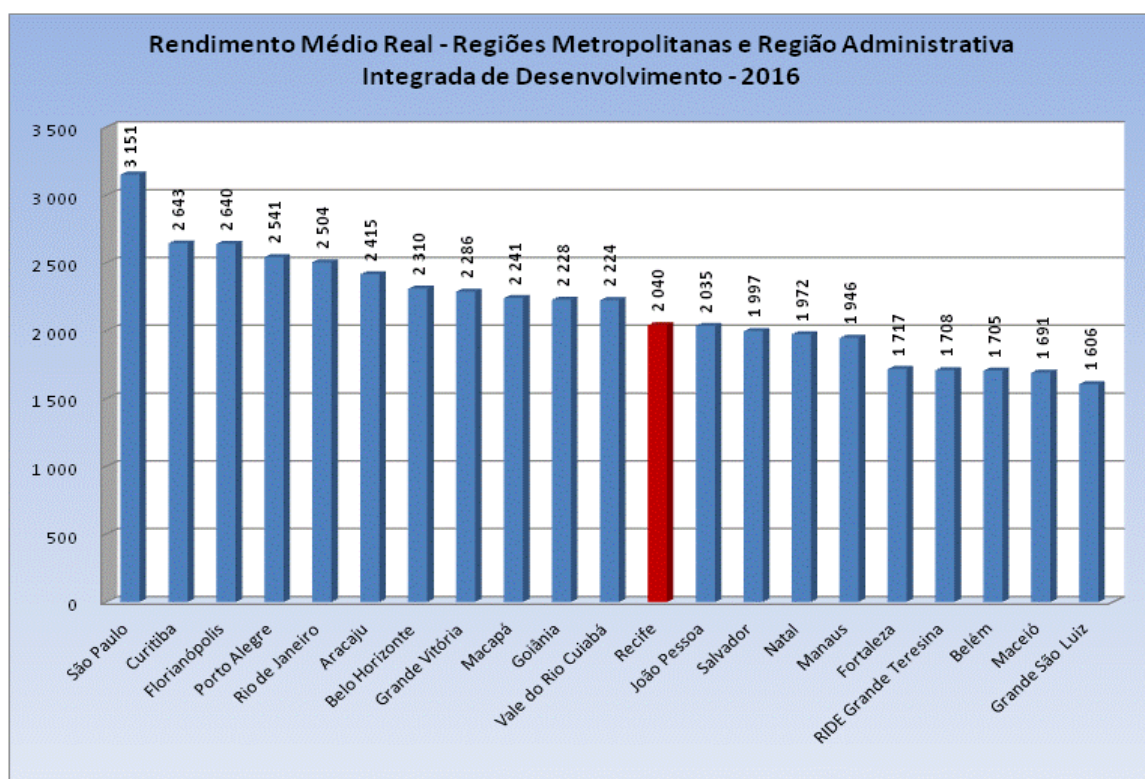
1.3.5.3 – Rendimento

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2016, também realizada pelo IBGE, foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por **Região Metropolitana e Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento**, ano 2016, conforme gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2016

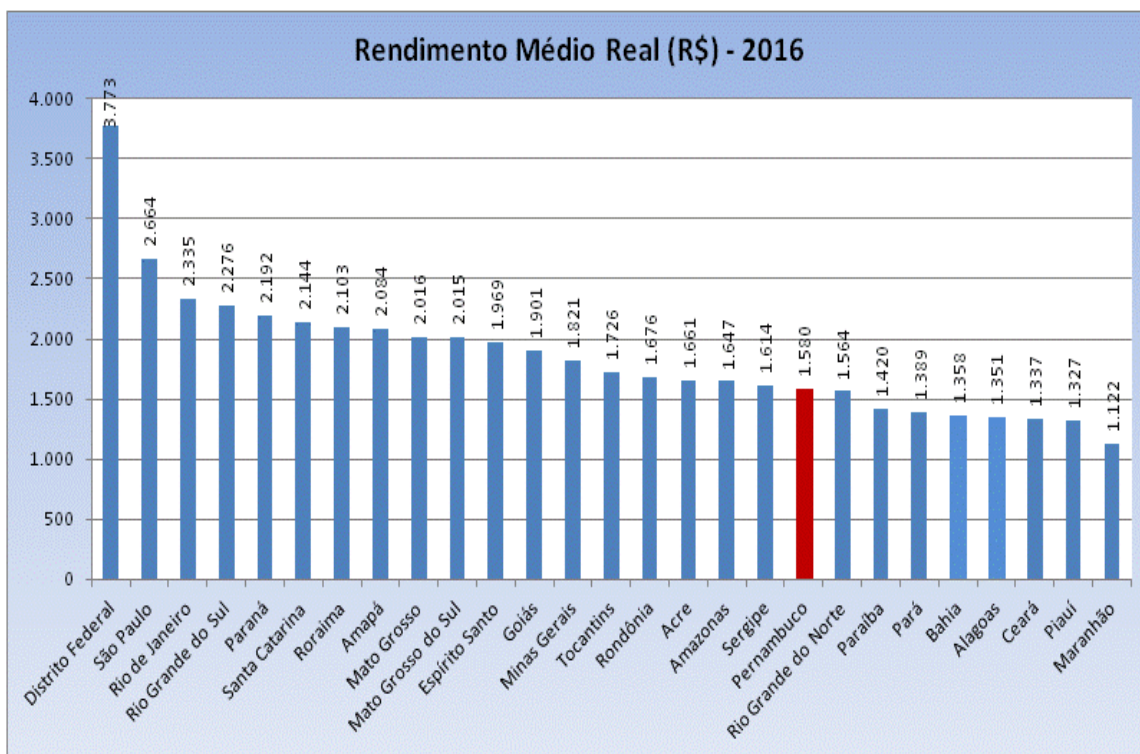
Nota: O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Observa-se que a Região Metropolitana do Recife apresentou no exercício de 2016 o 12º maior rendimento médio real, dentre as 21 (vinte e uma) Regiões Metropolitanas pesquisadas e considerando a Região Nordeste ficou abaixo apenas da Região Metropolitana de Aracaju.

Ainda por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2016 foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por **unidade da federação**, ano 2016, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2016

Nota: O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

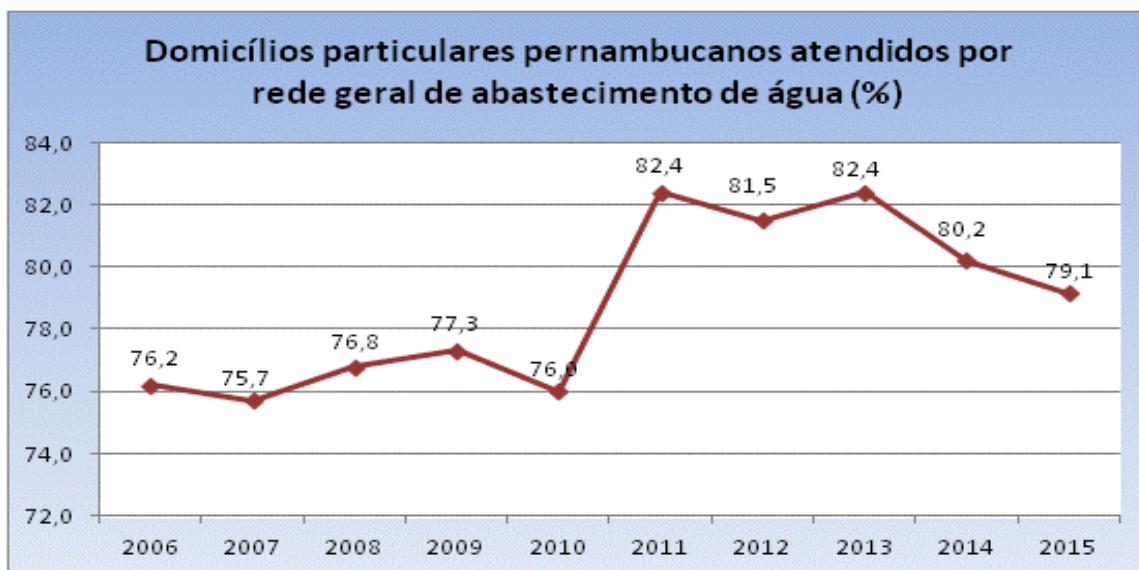
Observa-se que Pernambuco não está bem posicionado no ranking nacional, ocupando a 19ª posição, com rendimento médio real em 2016 de R\$ 1.580,00, ficando abaixo da média nacional (R\$ 2.050,00) e de diversas unidades da federação, conforme ilustrado no gráfico anterior.

1.3.6 – Saneamento

Os gráficos a seguir retratam o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água bem como pela rede coletora de esgoto, no período de 2006 a 2015. Também será feita comparação entre o percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços no ano de 2015.

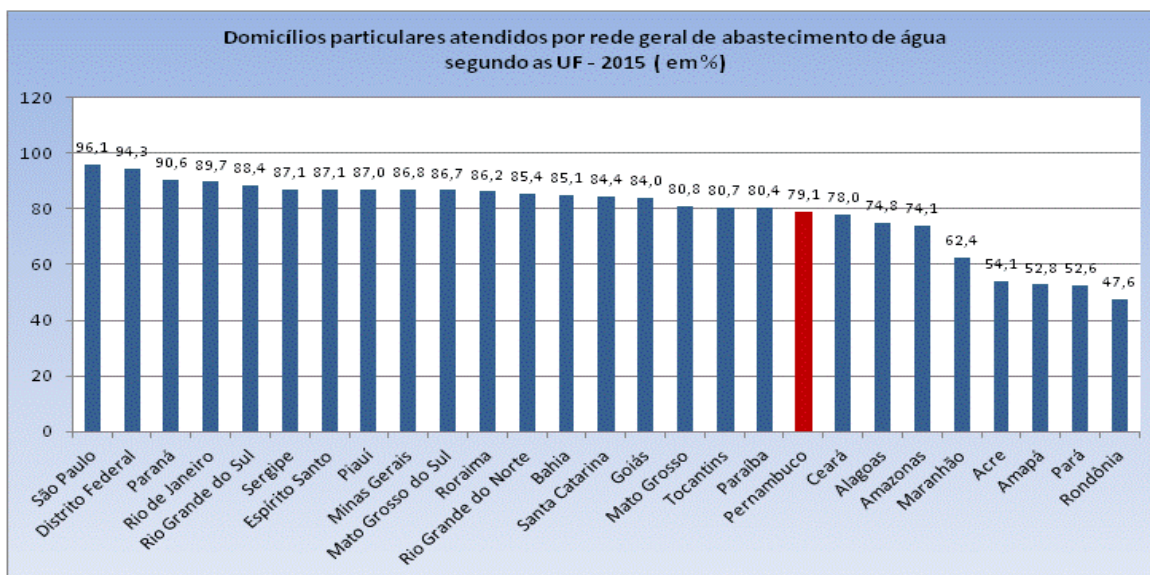


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016.

Observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral de abastecimento de água, passando de 76,2% em 2006 para 79,1% em 2015. Mas, o percentual de 2015 sofreu queda em relação ao exercício de 2014, que apresentou 80,2%.



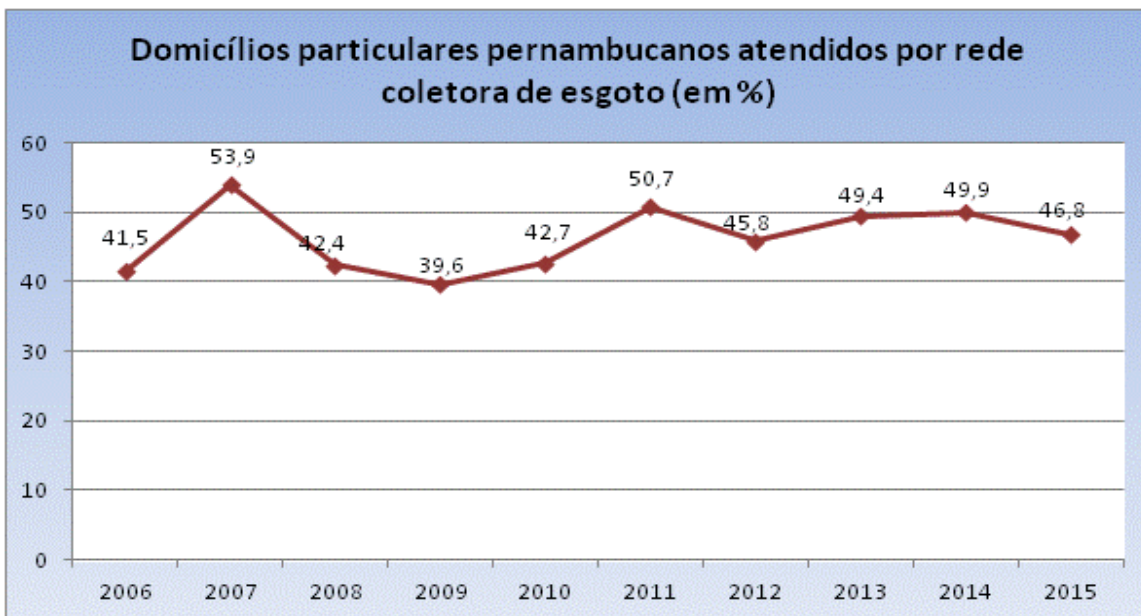
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016.

No ano de 2015, Pernambuco ocupou a 19ª posição no ranking nacional, caindo duas posições em relação a 2014, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 96,1% dos domicílios particulares atendidos por rede geral de abastecimento de água e Rondônia o estado em pior situação, com apenas 47,6% dos



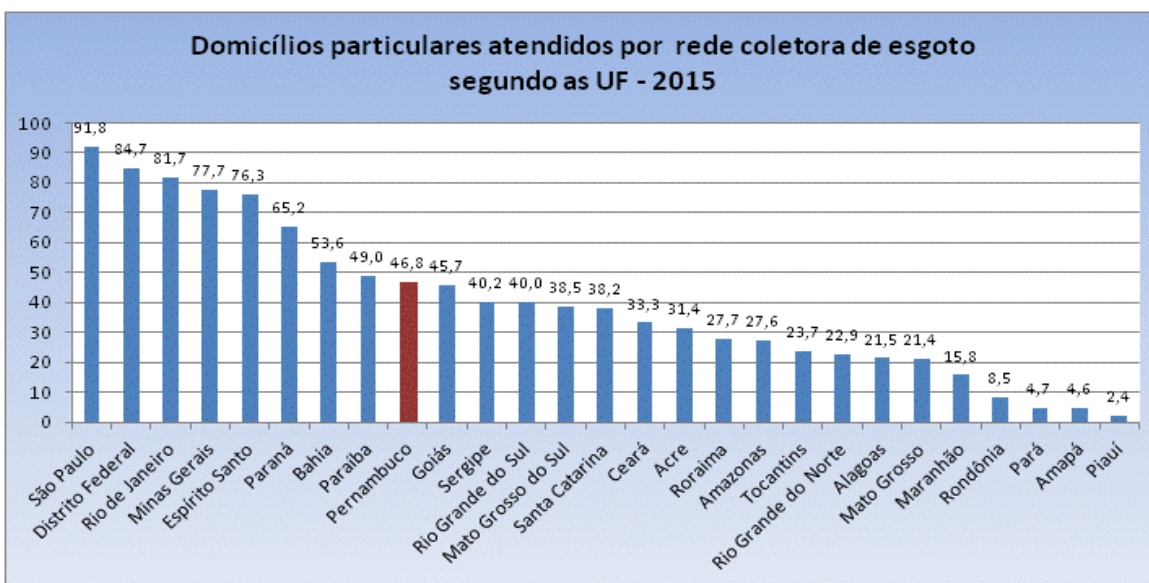
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco, 79,1%, foi inferior à média nacional, 85,4%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016.

Verifica-se que o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto é bem menor do que os atendidos por rede geral de abastecimento de água. Observa-se um aumento no percentual de domicílios do Estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 41,5% em 2006 para 46,8% em 2015. Entretanto, houve queda da cobertura de 2014 para 2015.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em 2015 Pernambuco manteve a 9^a posição no ranking nacional, que já ocupava em 2014, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 91,8% dos domicílios particulares atendidos por rede coletora de esgoto, e Piauí o estado em pior situação, com apenas 2,4% dos domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco (46,8%) foi inferior ao obtido no ano de 2014 (49,9%), bem como foi inferior à média nacional em 2015 (59,1%).

1.4 – Considerações finais

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco no ano de 2016.

A taxa de crescimento (contração) do PIB pernambucano em 2016 (-4,2%) foi mais crítica do que a aferida em 2014 (-3,6%), e essa contração foi maior do que a obtida nacionalmente em 2016 (-3,6%). Observa-se ainda que, de 2008 a 2015, o crescimento da economia pernambucana tem sido superior ao crescimento da economia nacional. O principal setor da economia do Estado é o de serviços. A participação do setor industrial na economia pernambucana, por sua vez, até 2012 vinha aumentando, mas desde 2013 vem sofrendo redução.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. Seu déficit em 2016, da ordem de US\$ 3 bilhões, foi inferior ao observado em 2015, da ordem de US\$ 4 bilhões, bem como inferior ao de 2014 que foi de aproximadamente US\$ 6,3 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA da RMR do ano de 2016 (7,10%) foi inferior ao registrado no ano de 2015 (10,15%), porém acima do índice nacional em 2016 (6,30%).

Com relação ao mercado de trabalho, o estado de Pernambuco apresentou uma perda de 48.486 empregos formais em 2016, a taxa de geração de empregos formais no Estado vem caindo desde 2010, passando de 11,41% no referido ano para -6,43% em 2015. Entretanto, em 2016 houve uma recuperação de Pernambuco, que embora ainda apresente taxa negativa de -3,68%, aproximou-se significativamente do desempenho do Nordeste e do Brasil. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco ocupou a 17^a posição no ranking nacional em 2016, melhorando sua posição em relação a 2015, quando ocupou a 26^a posição.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, foi de 14,6% em 2016. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a terceira pior posição no ranking nacional, caindo duas posições em relação a 2015 e ficando também acima da média nacional que foi de 11,5%.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

rendimento de trabalho, por unidade da federação, medido pelo IBGE por meio da PNAD Contínua para o estado de Pernambuco em 2016 foi de R\$ 1.580,00. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 19ª posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$ 2.050,00.

Por fim, no tocante ao saneamento, observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral de abastecimento de água, passando de 76,2% em 2006 para 79,1% em 2015. Mas, o percentual de 2015 (79,1%) sofreu queda em relação ao exercício de 2014 (80,2%). Quanto ao percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto, ele é bem menor do que o dos atendidos por rede geral de abastecimento de água. Porém, observa-se um aumento no percentual de domicílios do Estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 41,5% em 2006 para 46,8% em 2015. Entretanto, houve queda da cobertura de 2014 para 2015.

As questões sociais relativas à segurança pública, à educação e à saúde serão abordadas em capítulos específicos ao longo deste relatório.